



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 039

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 039

37ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Teruo Kato..... 09

Dep. Jocelito Canto..... 10

Horário das Lideranças:

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 10

Liderança do PPS

Dep. Marcelo Rangel 12

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 13

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 11

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 16

Discussão/Votação

Redação Final 16

2ª Discussão 17

1ª Discussão 20

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 26

Publicações

Diretoria Geral

Portarias 26

Publicações Administrativas 26

DIÁRIO Nº 039

37ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

03 DE MAIO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste,

Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Elton Welter, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Péricles de Mello, Reni Pereira, Ribas Carli Filho e Valdir Rossoni (16).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Geraldo Cartário e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofícios***

Sob o nº 170/07-SEMA/GS, do Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que pede esclarecimentos sobre as propostas encaminhadas ao IAP sobre a compensação ambiental da ampliação da Refinaria Getúlio Vargas. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1333/PRES, do Sr. Rafael Greca de Macedo, Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Cida Borghetti, que pede esclarecimentos sobre a situação de mutuários em Maringá. **Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.**

Sob o nº 438/07, do Sr. Wilde Soares Pugliese - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre denúncias referentes à CPI dos Jogos da Natureza. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 700/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que pede esclarecimentos sobre os recursos repassados ao IML de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 701/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre providências administrativas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública relativas ao Boletim de Ocorrências nº 2007/139978". **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 507/GAB/SETP, do Sr. Nelson Garcia - Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Ação Social, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre a matéria veiculada no site do jornal eletrônico "HoraH News", na edição de 20 de março de 2007. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações**INDICAÇÃO Nº 095/07****SÚMULA:**

Sugere que o estado forneça ao pequeno criador a vacina contra febre aftosa.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - sugere que o estado forneça, ao pequeno criador que possua até 10 (dez) animais, vacina contra febre aftosa;

II - a vacina contra febre aftosa vem em embalagens com 15 ampolas. Muitas vezes o criador, que tem animais somente para seu sustento, não tem condições de comprar uma embalagem inteira e com isso deixa de vacinar a sua criação, dando margem para que ocorra a infecção da febre aftosa.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO S/N**SÚMULA:**

Sugere o envio para autorização prévia da Assembleia Legislativa do Estado de todos os contratos com publicidade que venham ser realizados pelo Poder Executivo com empresas de outros estados.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - o envio para autorização prévia da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná de todos os contratos com publicidade, realizados pelo Poder Executivo, com empresas de outros estados;

II - sabedores que uma das metas do atual Governo do Estado é proteger as empresas paranaenses, mas que muitas vezes essa meta não é alcançada pela interferência de seus subordinados que preferem realizar contratos com empresas de outros estados da união, nada melhor que os mesmos passem pela Assembleia Legislativa do Estado, para que ela possa examiná-los e, assim, proporcionar uma maior segurança ao Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1100**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os

projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 210/07, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominadas Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembléia Legislativa, no dia 10 de maio de 2007, no município de Maringá, conforme convite daquela municipalidade, participando das comemorações do aniversário de Maringá, sem ônus para esta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Geneci Maria Zancanaro Buzzachera, ocorrido no dia 01 de maio de 2007, no município de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu esposo Ernildo dos Santos e dos filhos Michel Buzzachera e Elvis Buzzachera, enviando correspondência à R. José Sampaio, 73, Centro, Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O que vale não é o tempo que passamos ao lado de quem amamos, mas a qualidade deste tempo compartilhado. A vida não é feita de quantidade de minutos, de meses ou de anos. A vida, este dom de Deus, vale pela maneira intensa como cada instante é vivenciado e experienciado.

A dona Geneci, que prematuramente nos deixou aos 49 anos, foi um exemplo claro de uma vida vivida em intensidade. Filha de fundadores de Guaraniaçu, ela marcou sua existência pela forma generosa de ser.

Amiga de todos, mulher de sorriso amável, sempre pronta para ouvir e ajudar, dona Geneci partiu. Na realidade, ela deixa uma lacuna, ficam suas ações, seus gestos fraternos e suas palavras conciliadoras.

Esposa, mãe, empresária, dona Geneci, sem dúvida nenhuma, deixa saudade em nossos corações, nos cora-

ções de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade, fato do qual tenho muito orgulho. Assim como todos, também estou profundamente sensibilizado com a partida.

Mas a nossa fé cristã nos dá força para a continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que dona Geneci está ao lado de Deus, na morada eterna. De lá, ela está olhando com muito amor para cada um daqueles que um dia ela amou e continua amando.

Aceitem os nosso sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente:

O Deputado subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Júlia Grocemam Gionedis, ocorrido em 02 de maio, nesta capital.

Esta Casa reverencia a sua memória e associa-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Maringá, Exmo. Sr. Sílvio Magalhães Barros II, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Exmo. Sr. João Alves Correa, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração dos 60 anos do município de Maringá.

Maringá foi fundada no dia 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari, e foi elevada à categoria de município 2 anos depois. Nessas quase 6 décadas de existência a cidade cresceu, prosperou e está mudando o seu perfil econômico. De uma região agrícola, Maringá se tornou uma cidade com economia diversificada. O Prefeito de Maringá Sílvio Magalhães Barros II, afirma: "Maringá é uma cidade pólo prestadora de serviços de toda a região".

A região metropolitana de Maringá é importante pólo de atração de investimentos no norte do Paraná e hoje Maringá comemora seus 60 anos de idade, pujante, com sua gente boa e trabalhadora.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1082

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Dr. Gilberto Pucca, que coordena desde 2003 o Programa Brasil Sorridente, desta-

cando que o programa nasceu pelas mãos do dentista de Maringá, sendo que, o Paraná foi o estado mais beneficiado da região sul com a distribuição de recursos do programa.

“Os problemas de saúde bucal estão intimamente ligados à exclusão social e por isso se transforma em prioridade”, explica o dentista de Maringá. A primeira tarefa no cargo foi realizar um diagnóstico nacional, o qual foi assustador. Segundo levantamento, pelo menos 30 milhões de brasileiros, mais do que a população da Venezuela, não tinham sequer um dente.

“A população carente foi simplesmente esquecida e o caminho era arrancar os dentes” diz Pucca. A primeira política pública do Brasil Sorridente para o problema foi a criação de Equipes de Saúde Bucal - ESB, inseridas no Programa Saúde da Família.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1083

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Exma. Sra. Thelma Alves de Oliveira, pela nomeação para o cargo de Secretária da Criança. A Secretaria da Criança será responsável pelo funcionamento e administração do repasse do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, aos projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado, pelas prefeituras e ONGs.

A Sra. Thelma Alves de Oliveira é psicóloga e professora de Educação Física com especialização em Psicodrama e Gestão Pública. Foi a primeira Secretária Executiva do Conselho Estadual da Criança e Diretora Técnica da então Fundação de Assistência Social do Paraná - FASPAR, transformada posteriormente em Instituto.

Entre os anos de 1987 e 1988, ela coordenou o Projeto Municipal Irmão Menor, responsável pela criação de 30 núcleos para reforço escolar, prática de esportes e formação profissional, sendo que o projeto já tinha o caráter interdisciplinar e foi base para os “Piás”.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população de Imbituva, através de seu Prefeito, Sr. Celso Kubaski, pela passagem na data de hoje, do aniversário de emancipação política do município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a prefeitura municipal, R. Prefeito José Bühner Júnior, 462, Centro, CEP 84430-000, Imbituva/PR.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do município de Imbituva, através de seu Prefeito, Sr. Celso Kubaski, pela passagem no dia 03 de maio último, do aniversário de emancipação política do município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a prefeitura municipal, R. Prefeito José Bühner Júnior, 462, CEP 84430-000, Imbituva/PR.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1096

Senhor Presidente:

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Operário Ferroviário Esporte Clube, pelos 95 anos de fundação, comemorados no dia 01 de maio passado. Segundo clube de futebol mais antigo do Paraná, o Operário de Ponta Grossa nasceu da fusão do time da Rede Viação Paraná-Santa-Catarina e alguns jogadores do Riachuelo Sport Club.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para o Presidente, Sr. Carlos Roberto Iurk, R. Nóbrega, 265, Vila Oficinas, CEP 84040-090, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(aa) ALEXANDRE CURI, JOCELITO CANTO, PÉRICLES DE MELLO, NELSON JUSTUS, MARCELO RANGEL e PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de aplausos e congratulações ao município de Jaboti, aos seus profissionais da área de educação e aos seus alunos.

O município de Jaboti tem a melhor média do IBEB do norte pioneiro, com melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IBEB, divulgado pelo Ministério da Educação.

Jaboti, que possui cerca de 5 mil habitantes, é administrado pelo Prefeito Jorge Domingos de Siqueira, obteve média 4,9 no estudo de 5,0 na previsão para o exercício de 2007. O IBEB prevê que, se os investimentos na educação forem mantidos ou ampliados, em 2021 o município de Jaboti atingirá a marca de 6,8 de uma escala que vai de zero (0) a dez (10).

Ao município de Jaboti, aos seus profissionais da área de educação e aos seus estudantes meus votos de

aplausos e congratulações pelo trabalho que estão realizando, onde vem engrandecer o Paraná, transformando este projeto em realidade. Juntos buscando fortalecer os seus projetos que vão ao encontro das necessidades do estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1091

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUEREM moção de apoio, após ouvido o douto Plenário, ao Sindicato dos Servidores de Maringá - SISMAR, conforme histórico das tratativas com o Prefeito Sílvio Barros.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(aa) PROFESSOR LUIZÃO

TADEU VENERI

LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1098

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais desta Assembleia Legislativa, de voto de repúdio ao ato oficial do Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Sr. Rafael Iatauro, manifestado através de Ofício Circular nº 04/07, do Gabinete da Casa Civil, pelo qual aquele agente público procedeu o convite aos Deputados Estaduais da Bancada de apoio ao Governo, a comparecerem na data de 08 de maio do corrente, à “Escolinha de Governo”, cientificando os convidados que, os que comparecerem ao evento, terão direito a participar de um sorteio de um ônibus, somente dentre os Deputados presentes, o qual poderá ser destinado ao município de escolha do Deputado sorteado.

O presente requerimento funda-se no fato de que o Secretário Chefe da Casa Civil, utilizando-se de expediente oficial do Governo do Estado, diretamente ligado à estrutura organizacional do gabinete do Sr. Governador, levando a crer que autorizado pelo próprio Governador, uma vez que o Programa “Escola de Governo” é levado ao ar pela TV Educativa e é costumeiramente coordenado diretamente pelo Chefe do Executivo, incorreu em falta de respeito e consideração ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao proceder tal ato descabido com a função pública que o referido Secretário de Estado exerce.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1092

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Prefeito de Maringá, Sílvio Barros, tendo em vista as reivindicações dos servidores públicos municipais que se arrastam desde dezembro de 2005 e cuja greve, ocorrida em 2006, terminou sem que nenhuma reivindicação fosse atendida, sendo que os servidores tiveram os salários descontados; redução no número de dias de férias; no valor do 13º salário e 1/3 das férias; perda da licença-prêmio, além da abertura de processo contra 32 servidores, que resultou em 28 demissões.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(aa) PROFESSOR LUIZÃO,

TADEU VENERI

LUCIANA RAFAGNIN

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 320/07

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, acrescido de alínea com a seguinte redação:

“Art. 14 ...

II - alíquotas de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

z) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: Código 7308.90.90 (telha de aço galvanizado nas formas trapezoidal, ondulada e lisa, para utilização de construção de telhados ou fechamentos laterais na construção civil; cumeeira para telhado de aço galvanizado, para utilização na construção civil); e produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: código 7308.90.10 (Perfil modelo “U”, utilizado na composição de vigas para coberturas, fechamentos, pisos na construção civil em geral).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Dispõe o artigo 14 da Lei nº 11580/96 que as alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos e serviços, assim distribuídos. O inciso II trata da alíquota do ICMS para as operações internas, estabelecendo o percentual de 12% (doze por cento).

Atualmente a telha de aço galvanizado nas formas

trapezoidal, ondulada e lisa, para utilização na construção de telhados ou fechamentos laterais na construção civil; a calha de aço galvanizado para utilização na construção civil; a cumeeira para telhado de aço galvanizado, para utilização na construção civil; e o perfil modelo “U” utilizado na composição de vigas para coberturas, fechamentos, pisos na construção civil em geral, estão internamente tributados com a alíquota do ICMS de 18% (dezoito por cento).

O governo estadual, visando fomentar as indústrias paranaenses, em março de 2003, introduziu na legislação tributária o Decreto nº 949, de 31 de março de 2003 (DIOE de 31 de março 2003), que concedeu aos estabelecimentos contribuintes do ICMS, o diferimento parcial do imposto em 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do valor da operação, há hipótese da alíquota ser de 18% (dezoito por cento), de forma que a carga tributária sobre as operações internas fosse equivalente a 12% (doze por cento).

Referido benefício (diferimento) é condicionado a que o produto seja adquirido por estabelecimento industrial ou comercial, ou seja, que o produto passe por nova fase de industrialização e posterior comercialização, ou somente comercialização.

O benefício do diferimento parcial (33,33%) não se aplica para as operações destinadas a outro estado, bem como para as operações destinadas em saídas internas para consumidor final, contribuinte ou não do imposto. O setor metalúrgico paranaense vem enfrentando grandes problemas com a concorrência, principalmente quando os produtos vêm de outros estados. Tal situação é ocasionada a exemplo do que ocorreu com outros segmentos, tais como o setor moveleiro.

As principais dificuldades encontradas ultimamente são as vendas para o estado de São Paulo. Quando ocorre a venda do produto destinado àquele estado, o ICMS destacado na nota fiscal de venda é a alíquota de 12% (alíquota para as operações interestaduais - região sul/sudeste). O estado de São Paulo, quando o ingresso do produto paranaense, cobra dos contribuintes paulistas diferencial de alíquotas (diferenças de alíquota do ICMS de 12% - interestadual para a alíquota interna de São Paulo, 18%), ou seja, o produto paranaense fica mais oneroso para o cliente paulista.

Já as indústrias metalúrgicas do estado de São Paulo, quando vendem os produtos para estabelecimentos localizados no Paraná, aplicam a alíquota interestadual do ICMS de 12% (doze por cento). Considerando que no Paraná não existe mais o diferencial de alíquota, o produto paulista acaba tendo uma carga tributária menor, o que prejudica as empresas paranaenses. Sendo o comprador consumidor final e adquirindo o produto do estado de São Paulo, terá carga tributária de 12%. Já o consumidor final paranaense, ao adquirir o produto no mercado interno, pagará carga tributária de 18%, sem aplicação do diferimento parcial de 33,33%.

Em face do exposto, necessário é a aprovação desta matéria para que as empresas do setor metalúrgico, no estado do Paraná, tenham competitividade.

PROJETO DE LEI Nº 321/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas concessionárias do transporte coletivo intermunicipal ficam obrigadas a instalar sanitários nos veículos utilizados nessas linhas.

Art. 2º Os ônibus utilizados em viagens intermunicipais no estado do Paraná, devem dispor de banheiro, independente da distância entre os municípios.

Art. 3º As disposições desta lei não se aplicam ao transporte municipal das regiões metropolitanas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A dignidade do ser humano é defendida em toda a legislação brasileira e o transporte intermunicipal deve oferecer condições mínimas aos usuários, sobretudo para idosos, gestantes, crianças e pessoas doentes, que não podem esperar até a próxima parada para usar um banheiro.

Esta proposição representa garantia de direito básico da população, sobretudo em se considerando que o transporte coletivo é concessão pública.

PROJETO DE LEI Nº 322/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Ricardo Gadotti Feldmann - ARIGAF, com sede e foro na cidade de Curitiba - estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A ARIGAF - Associação Ricardo Gadotti Feldmann, está no 8º ano de funcionamento, atendendo inicialmente crianças com idade entre 10 e no máximo 11 anos, que estejam ingressando na 5ª série do ensino fundamental e que tenham obtido, comprovadamente, no ano anterior, médias superiores a 7 (sete) em todas as disciplinas ou parecer descritivo final favorável, onde relate as competências e habilidades do aluno. Devem ser oriun-

dos de escolas públicas municipais ou estaduais, recomendados por estas ou outras instituições de cunho social, cujo perfil da família apresente renda média familiar de até 5 (cinco) salários-mínimos, assim como ter a certeza quanto a predisposição e interesse do aluno em frequentar a ARIGAF durante os 3 (três) anos pré-estabelecidos, a fim de atingir integralmente os objetivos do programa. Os alunos são anualmente selecionados através de um criterioso processo seletivo estruturado.

A missão da ARIGAF é ministrar aulas de informática, inglês, literatura e cultura geral, propiciando o acesso do aluno ao conhecimento, visando formar cidadãos respeitáveis, conscientes de seus direitos e deveres, contribuindo assim, para sua conquista de um lugar no futuro mercado de trabalho, e uma chance de modificar seu destino.

Tendo em vista a sua nobre missão, pedimos aos Pares desta Casa o apoio e o voto favorável para que a ARIGAF possa ser reconhecida de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 323/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta lei, o Programa de Bolsa de Estudo, denominando Bolsa-Universidade, objetivando beneficiar estudantes de baixa renda, regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos.

Art. 2º O Programa Bolsa-Universidade destina-se ao pagamento total ou parcial, dos valores das mensalidades de alunos cuja renda mensal familiar não ultrapasse a 5 (cinco) salários-mínimos vigentes.

Parágrafo Único. Entende-se por renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto.

Art. 3º O Programa Bolsa-Universidade será executado através de financiamento, que poderá ser quitado:

I - em moeda corrente do país;

II - através de prestação de serviços ao poder público;

III - através de prestação de serviços comunitários ou a entidades beneficentes.

§ 1º O financiamento de que trata este artigo poderá ter início de liquidação ou ser amortizado a qualquer termo, devendo o saldo devedor remanescente ser liquidado após o término do curso em tantos anos quantos forem o número de anos do respectivo curso.

§ 2º Durante o período de utilização do financiamento, o estudante fica obrigado a pagar os juros incidentes sobre o financiamento em período a ser fixado pelo Governo do Estado.

Art. 4º O estudante reprovado em qualquer das séries do curso perderá o benefício definido nesta lei, não consideradas dependências de disciplinas.

Art. 5º Os recursos para o Programa Bolsa-Universidade serão oriundos do Tesouro do Estado e outras fontes governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras, ficando o Governo do Estado autorizado a contratar operações de crédito, interno ou externo, para atender a execução do programa de que trata esta lei.

Parágrafo Único. O Poder Executivo, respeitada a disponibilidade financeira do Paraná, adotará as providências à alocação de recursos orçamentários para atendimento das despesas do Programa Bolsa-Universidade.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, podendo instituir ou definir o órgão estadual responsável pela execução do programa ora instituído, estabelecendo entre outros procedimentos, os serviços a serem prestados previstos nos incisos I e III do artigo 3º, os juros e encargos financeiros a serem cobrados sobre o financiamento, as formalidades exigidas para obtenção de bolsas, bem como os requisitos exigidos dos estabelecimentos de ensino.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa-Universidade, para atender estudantes de baixa renda matriculados em cursos superiores não gratuitos.

Vale salientar que apresentamos proposição com o mesmo objetivo, na 1ª Sessão Legislativa desta legislatura, Projeto de Lei nº 653/03, que foi aprovado pelo Plenário desta Casa, em 11 de dezembro de 2003, depois de receber pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Educação, Cultura e Esportes.

Ao ser enviado à sanção governamental, o projeto de lei foi vetado. O Exmo. Sr. Governador reconheceu a total constitucionalidade e legalidade do nosso projeto de lei, mas justificou o veto como sendo contrário ao interesse público. Com a dinâmica natural dos nossos tempos e o sucesso da arrecadação estadual, existe a possibilidade da razão de veto do Chefe do Poder Executivo ser alterada e, com isso, a proposição que visa beneficiar milhares de estudantes carentes ser executada e aplicada com sucesso.

Como a proposição de lei orçamentária para o exercício de 2006 está em plena tramitação, nesta Casa de Leis, iremos apresentar emenda ao projeto, criando recursos para a aplicação do presente plano de lei. É necessário lembrar a importância da educação como fator de desenvolvimento social, político e econômico de um povo, sobretudo numa época como a atual já rotulada por pensadores, economistas, cientistas e políticos de dife-

rentes tendências como a Era do Conhecimento. Numa sociedade planetária como a nossa, de rápidas e constantes transformações tecnológicas, será ela o mais nítido divisor entre a prosperidade e o atraso. A educação, portanto, é fundamental para que a sociedade tenha um futuro melhor.

No tocante ao ensino superior, determinante na capacitação do estudante para assimilar os avanços tecnológicos, as estatísticas não são muito favoráveis à realidade brasileira. Somente aproximadamente 5% (cinco por cento) do nosso povo tem curso universitário. Tal quadro deve-se, em grande parte, à limitação de vagas nas universidades públicas e ao altíssimo preço das mensalidades cobradas pela rede privada. Um outro obstáculo é a renda da população, na cidade de Foz do Iguaçu, por exemplo, 69% (sessenta e nove por cento) se não estão desempregados, ganham até 03 (três) salários-mínimos. No nosso estado, conforme estudo do Governo, aproximadamente 1 milhão de pessoas vivem com apenas 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo e em torno de 2 milhões com meio salário-mínimo.

Vê-se, assim, que uma imensa legião não tem qualquer chance de frequentar uma faculdade, face à absoluta incompatibilidade entre a renda e o valor das mensalidades dos estabelecimentos particulares de ensino superior, em média R\$ 400 e R\$ 700. O valor do benefício pode ser total ou parcial, através de financiamento, devendo ser retornado ao estado, posteriormente, em moeda corrente do país, através de prestação de serviços ao poder público ou através de prestação de serviços de liquidação a qualquer tempo, devendo o saldo devedor ser liquidado após o término do respectivo curso.

O presente programa representa uma importante contribuição desta Casa de Leis para o desenvolvimento social, político e econômico e deve reacender a esperança de muitos em concluírem o ensino superior. Diante do exposto, este Parlamentar conta com o apoio dos demais Pares, no sentido da aprovação do presente projeto.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estive na semana passada acompanhando o Secretário da Agricultura Valter Bianchini à Loanda, em nossa região, quando foi lançada uma nova campanha de vacinação contra a febre aftosa, visando garantir a sanidade do rebanho bovino do Paraná. A campanha foi feita justamente numa propriedade que teria animais contaminados

com a aftosa. Mais do que uma campanha, o trabalho lançado naquela ocasião teve por objetivo maior transformar o Paraná livre da febre aftosa sem vacinação.

Como é de conhecimento de todos, o Paraná teve grandes prejuízos em 2005/2006 por uma suspeita de aftosa. Até hoje aqueles fatos não foram devidamente esclarecidos. Mas isso não é o caso agora. O que é certo é que o Paraná e o Brasil sofreram com aquela situação.

O noroeste do estado, Sras. e Srs. Deputados, possui o maior plantel bovino de corte do Paraná. É fácil imaginar os prejuízos que sofremos, inclusive com fechamento de frigoríficos e, conseqüentemente, o desemprego. Mas a questão não é apenas regional, pois o mercado nacional e internacional restringe a aquisição de carnes dos estados onde se verifica a ocorrência da doença. Desde 2004, o Brasil se consolidou como o maior exportador de carne bovina do mundo, vendendo sua produção para mais de 140 países. No entanto, esta posição está ameaçada. O Paraná está proibido de fazer exportação de carne em razão da suspeita de casos da febre aftosa.

Ainda que consigamos exportar, haverá, certamente, uma depreciação nos preços. E, sempre que a atividade econômica retrai, temos conseqüências graves na área social. A sanidade animal é tão importante quanto a vegetal. Em Paranaíba temos um grande frigorífico que gera centenas de empregos. E temos, também, duas indústrias de suco de laranja. A primeira, evidentemente, sempre está em risco. As que esmagam a laranja têm um mercado crescente, pois a sanidade vegetal está garantida. O efeito dominó desta situação é assustador. A aftosa bovina acaba implicando em dificuldades para a suinocultura, por exemplo. Na verdade, o Paraná e o Brasil ficam sob suspeita de negligenciar a sanidade animal e vegetal.

Sras. e Srs. Deputados: o esforço para controlar a febre aftosa no Paraná é tanto que, neste momento, está acontecendo a vacinação assistida. Técnicos do Paraná, Mato Grosso do Sul, Argentina e Paraguai acompanham a vacinação nos municípios de Querência do Norte, Marilena, Porto Rico e São Pedro do Paraná, documentando o trabalho.

Temos que louvar os esforços da Secretaria de Estado da Agricultura que quer evitar prejuízos de grande monta para o estado, pois o impacto financeiro da febre aftosa é imensurável.

A vacinação do plantel bovino é uma das principais ferramentas para o controle da febre aftosa. O programa de imunização baseia-se, no entanto, no compartilhamento de responsabilidades entre o setor público e privado. De nada adianta o trabalho da SEAB, se os produtores rurais não cumprirem com a sua parte.

A campanha lançada na semana passada pelo Secretário Valter Bianchini e pelo Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Menegetti e outras lideranças da agropecuária paranaense, se encerrará no próximo dia 20. Até lá, o objetivo é vacinar cerca de 10 milhões de animais em aproximadamente 220 mil propriedades rurais. Nesta campanha é essencial

o envolvimento de todos: produtores, Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais da Agricultura, federações e sindicatos rurais, cooperativas, associações de produtores, enfim, se quisermos atingir os 100% de vacinação do rebanho bovino e bubalino, todos devem estar imbuídos do mesmo propósito.

E não adianta acreditar que basta vacinar apenas os grande rebanhos. É preciso vacinar os animais em sua totalidade, que estão nas fazendas, sítios, chácaras, assentamentos rurais, reservas indígenas e inclusive aqueles animais que ficam na periferia da cidade.

Sras. e Srs. Deputados: estou aqui para pedir o engajamento de V. Exas. nesta campanha. Aproveitem as visitas às suas bases, as entrevistas que concedem, os pronunciamentos e palestras que proferem para tocar no assunto e conclamar a sociedade a se conscientizar sobre esta questão.

É responsabilidade nossa evitar impactos econômicos financeiros ao nosso estado. O controle da febre aftosa é também responsabilidade de todas as Deputadas e Deputados, sejam de Oposição ou Situação. Vamos fazer a nossa parte para que o Paraná seja considerado um estado livre de aftosa sem vacina. Todos vão ganhar.

Muito obrigado!"

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente. Com a palavra, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A repercussão hoje é em cima daquele famoso convite feito pelo Governador, Deputado Belinati. É verdadeiro. Hoje está tudo confirmado e realmente é verdadeiro o convite, que na terça-feira o Governador vai sortear ou um ônibus de plástico ou ele vai arrumar doação de um ônibus de verdade e vai fazer sorteio.

Sob o ponto de vista de outra maneira, não pode fazer porque ele não pode sortear um bem público a partir do momento em que é um bem do governo. Se ele fizer isso, estará incorrendo naquilo que chamamos de erro gravíssimo do governo.

Não acredito que vai haver sorteio. Como conheço o Governador Requião, ele é o maior expert em mídia que conheço. Não existe neste Paraná ninguém melhor "marqueteiro" que o Governador Roberto Requião.

Sabemos do seu preparo, da sua ligeireza cerebral - ele é rápido com as palavras. Deputado Carlos Simões, V. Exa. que é um verdadeiro assessor de imprensa desse Deputado, algo de importante tem nisso aí.

O Governador costuma fazer brincadeiras, que automaticamente depois viram contra o governo - aquelas que apareceram na televisão, famosas, de que estão fazendo um crime de policiais no Canguiri; você é casada e trai o marido e outras coisas que não posso revelar, por-

que foram piores do que esta, que foram feitas no momento em que eu estava aqui, em respeito ao sigilo. São brincadeiras que o Governador acaba fazendo e que prejudicam o governo. Acho que não há tempo para isso.

Tem tantas coisas boas e obras acontecendo e é preciso fazer que outras aconteçam e cuidar de alguns setores que estão com problemas no governo e que não são exatamente, muitas vezes, culpa do governo, mas culpa de alguns assessores colocados por ele.

Eu estava lendo ontem, a Gazeta do Povo e na coluna do Celso Nascimento, ele diz que o tema dominante de uma conversa do Governador, seria os excessivos gastos com publicação de editais na SANEPAR. Recursos teriam sido direcionados para jornais, que hoje negam tê-los recebido. O dinheiro teria ido para outro lugar. É essa a pergunta que o Governador teria exigido a resposta. Se o dinheiro saiu para algum lugar, como não chegou até lá? O próprio Governador está exigindo isso. Está exigindo que se apure a responsabilidade e que se levante por que se gastou tanto dinheiro em editais da SANEPAR.

O governo tem ações boas, mas de repente uma brincadeira de mau gosto acaba colocando em choque as coisas boas que o governo faz. Por isso, lamentamos que as coisas boas do governo não apareçam mais. E que essas brincadeiras fiquem restritas somente às churrascadas na Granja do Canguiri.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PMDB, PTB, PDT, PSDB.

(**Declinam**)

Democratas. Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Na semana retrasada, eu usava esta tribuna, após a "escolinha" do Roberto Requião, quando ele anunciava naquela ocasião, que ele iria doar uma ambulância para o Deputado que freqüentasse quatro sessões da "Escola RR" consecutivas. Eu disse naquela ocasião, que era um desrespeito com o Parlamento e, principalmente, um desrespeito com os Parlamentares da Situação. Naquela ocasião, quando usava desta tribuna, imediatamente fui contrariado pelo brilhante Deputado Waldyr Pugliesi, que disse que ele não aceitava a defesa do Deputado Elio Rusch em favor dos Deputados da Situação e muito menos em defesa dele. Disse naquela ocasião, Deputado Waldyr Pugliesi, que longe de querer fazer a defesa de qualquer Deputado, disse que era lamentável que o Governador do Estado do Paraná doasse uma ambulância

para o Parlamentar que assistisse quatro “escolinhas” consecutivas e inclusive citava naquela ocasião que era dessa forma que o Governador estava tratando a questão da saúde pública do estado do Paraná.

E hoje quero dizer aos Srs. Deputados que já me manifestei sobre esse assunto também, dos hospitais psiquiátricos do estado do Paraná, que se o governo não os socorrer, todos os hospitais psiquiátricos vão fechar no estado. Já foram descredenciados 2.700 leitos de psiquiatria no estado e não é só a psiquiatria que está na UTI, mas a saúde pública do Brasil está na UTI, do Paraná está na UTI. Mas por que estou dizendo isso, Deputado Nelson Justus?

Na verdade, as brincadeiras continuam! Não gostaria de usar esta tribuna no Horário dos Democratas para falar sobre isso. Gostaria de chegar aqui na tribuna e agradecer ao Governador pelo fato de ter implantado o curso de Medicina em Ponta Grossa, que ele fechou no primeiro ano do seu governo em 2005, e gostaria de agradecer ao Governador por ter socorrido os hospitais no estado do Paraná, mas lamentavelmente não podemos fazer isso, porque o Governador não colabora e não dá um motivo para fazermos isso. Mas hoje devo dizer de novo aquilo que o Deputado Jocelito Canto levantou ontem nesta tribuna no final da Sessão, e por causa disso falo no Horário dos Democratas agora, porque eu não tinha mais horário para falar ontem, de me manifestar após o pronunciamento do eminente Líder do Governo, o Deputado Romanelli. Quando o Deputado Jocelito transmitiu para os Parlamentares que o Deputado Carlos Simões havia recebido um convite para ir à “escolinha” e entre os Deputados que estivessem presentes iria ser sorteado um ônibus, eu ainda achei que fosse uma brincadeira de alguém que teria usado o nome do Chefe da Casa Civil, o que também seria crime. Mas o Líder do Governo depois confirmou aqui na Sessão de ontem, que efetivamente o Chefe da Casa Civil enviou esse convite para os Deputados da Base do Governo e não para nós da Oposição. Mesmo se ele tivesse enviado para nós, não iríamos, porque nunca fui na “escolinha” e também pretendo não ir na “escolinha do RR”, mas agora Deputado Waldyr Pugliesi, o que o senhor vai me dizer diante desse convite do Chefe da Casa Civil, de mandar um convite oficial para os Deputados da Base do Governo convidando-os e os Deputados que estiverem presentes, entre eles será sorteado um ônibus?

Ora, o Deputado Valdir Rossoni já disse ontem da tribuna: dinheiro de quem? Dinheiro do governo?

Se é dinheiro do povo, é dinheiro do Tesouro ou há uma empresa ou o próprio Governador, ou alguém vai patrocinar, vai doar esse ônibus para ser sorteado nesse dia? Nós sabemos que o Governador Roberto Requião é contra a corrupção, ao menos ele se intitula dessa forma. Agora, oferecer um brinde, um prêmio, para quem vai assistir a “escola do RR”, e que estará participando desse sorteio. O que seria isso? É corrupção ou não obrigar os Deputados a irem? Eu não sei, não sei classificar, mas é

estranho. É muito estranho mesmo o Governador, através do seu Chefe da Casa Civil, expedir um convite oficial para os Parlamentares da Base do Governo. Ora, brincadeira tem limite! Eu, como Deputado, não posso aceitar isso. E acho que os Deputados da Base do Governo não podem aceitar isso. Mas, aí é uma prerrogativa da Base do Governo não é da Oposição. Se fosse para os Deputados da Oposição, nós saberíamos e eu saberia o que iria fazer. Agora, cabe a cada Parlamentar que recebeu esse convite tomar medidas que ache necessárias.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Olha, escuto, apóio e quero lhe dizer: o Deputado Jocelito Canto, daquela tribuna, acabou de dizer que o maior marqueteiro que ele conheceu se chama Roberto Requião de Mello e Silva. Vejam bem, quando trouxeram à tona as irregularidades na compra daqueles televisores da Secretaria da Educação, que era um montante financeiro significativo, milhões de reais, o Requião rapidinho arrumou uma briga direta com o Beto Richa, alegando irregularidades no governo anterior, quando o irmão do Beto Richa fazia parte da Diretoria do DER. Uma cortina de fumaça em cima da compra dos televisores da Secretaria da Educação. Logo em seguida, problemas no Porto de Paranaguá e outras tantas irregularidades que estão sendo apresentadas através de denúncias pela grande mídia do estado do Paraná! Rapidinho, ele foi lá e pegou o César Franco, com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, e enquadrou o César Franco na prisão. Agora, a CPI da PAVIBRAS, da SANEPAR, os problemas do seguro e todas as irregularidades que aqui foram questionadas e ficaram sem respostas. O quê? Uma nova cortina de fumaça. Saiu da mídia.

Hoje, a grande mídia, os principais jornais só falam do convite do Governador Requião para os Deputados que vai sortear um ônibus. É um grande marqueteiro! A denúncia vem de irregularidades na administração do Governo do Estado? Rapidinho, se busca alguma ação para tentar tirar o foco que está sendo apresentado pela grande imprensa. Esse é o Governador Requião, três vezes eleito no estado do Paraná. É um grande marqueteiro, isso sim.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Plauto, agradeço o seu aparte. E quero dizer que o Governador, ao invés de assumir os erros do seu governo, as irregularidades que porventura possam existir, que existam no governo, ao invés de assumir, ele procura sair pela tangente, procura jogar a culpa no outro e até no governo passado. Agora, V. Exa., Deputado Plauto, foi muito feliz e disse aqui que o Roberto Requião é Governador pela terceira vez, ele vai para o nono ano administrando o estado do Paraná. Agora, quem administrou o estado durante oito anos deve ter aprendido alguma coisa.

E o que mais me causa estranheza, Srs. Deputados, é que Roberto Requião, Governador do Paraná, foi Deputado desse Parlamento. Roberto Requião foi Senador da República, passou pelo Parlamento, sabe o valor e o papel que o Parlamento desempenha em favor da democracia, e sabe o papel que a Oposição faz na fiscalização. Ele, como Deputado de Oposição, ele, como Senador de Oposição, foi um crítico aos governos quando estava no Parlamento. Agora ele está administrando a questão pública e brinca com a administração pública, brinca com o dinheiro público, oferecendo um ônibus para os Deputados.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, acho que V. Exa. está sendo muito feliz no seu pronunciamento e muito bem o apartou o Deputado Plauto, trazendo a questão da mídia, hoje desviando o foco. É aquilo que comentamos ontem, que o papel do Deputado é fiscalizar, apresentar projetos, fazer leis para que a vida das pessoas melhore e não ficando presentinho, seja ônibus, seja ambulância, seja o que for.

Então, só para repetir aqui, é uma brincadeira de mau gosto feita pela Casa Civil. Alguns dizem que foi a mando do Governador, outros dizem que não. Mas o que acontece é quem fica desmoralizado é o Parlamento, é a Assembléia, são todos os Deputados. Então, se tiver algum Deputado que vai à “escolinha” vai sair perdendo também, mesmo que ganhe o ônibus, seja de plástico, seja de brinquedo, seja verdadeiro, vai sair perdendo, porque quem perde são todos os Deputados.

Eu recebi uma correspondência da cidade de Ubitatã dizendo que precisam de ônibus para transportar alunos de Ubitatã até a cidade de Campo Mourão ou até a cidade de Cascavel para poder estudar. Então, ao invés de sortear este ônibus para algum Deputado aqui da Casa, o governo podia fazer encaminhamento direto lá para cidade de Ubitatã que atenderia, com certeza, muitos estudantes que futuramente poderiam ajudar no desenvolvimento, tanto da região de Campo Mourão quando do estado do Paraná.

Muito obrigado, Deputado Elio Rusch, o senhor foi muito feliz no seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, estou encerrando o meu pronunciamento e eu não sei - quem sou eu para dizer qualquer coisa - agora, o Deputado que aceitar esta brincadeira e se o Governador tentou desmoralizar o Parlamento, Deputado Douglas, o Parlamento não pode ser desrespeitado, porque nós não aceitamos e acho que cabe à consciência de cada Parlamentar. O Deputado que for na próxima “escolinha do RR”, eu não sei qual a imagem que ele vai ter diante da opinião pública! Acho que, em sinal de valorização do seu cargo, de valorização do Parla-

mento, acho que nenhum Deputado deveria mais apresentar as “sessões do RR”.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, no dia de hoje vence o prazo de 30 dias dado pela Mesa para que a Comissão formada para fazer um estudo e apresentar um esboço do novo Regimento, fizesse essa apresentação. Hoje vence os 30 dias, conforme está no nosso Diário da Assembléia.

Então, solicito a esta Mesa - e nós vamos fazer formalmente - para que este prazo possa ser prorrogado, para que possamos apresentar um esboço aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças. Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, bom-dia. Venho hoje à tribuna para falar sobre dois assuntos: primeiro, sobre o ato impensado do Chefe da Casa Civil em fazer um convite, uma brincadeira realmente de mau gosto com o Poder Legislativo. Estou protocolando hoje, Sr. Presidente, voto de repúdio ao ato do Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro. O documento diz o seguinte:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido soberano Plenário, a inserção nos Anais desta Assembléia Legislativa, voto de repúdio ao ato oficial do Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Sr. Rafael Iatauro.

Sr. Presidente, eu não conheço o Sr. Rafael Iatauro pessoalmente. Nunca conversei com ele pessoalmente. Me parece que ele goza de um grande respeito entre os Parlamentares, mas num ato impensado, numa grande gafe, ele cometeu até mesmo o crime, pelo menos, incetivo ao crime.

Voltando ao meu requerimento.

Requeiro voto de repúdio ao ato oficial do Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Sr. Rafael Iatauro, manifestado através do Ofício Circular nº 004/07 do Gabinete da Casa Civil, pelo qual aquele agente público, procedeu o convite dos Deputados Estaduais da bancada de apoio ao governo, a comparecerem na data de 8 de maio do corrente, à “escolinha de governo”, cientificando os convidados que os que comparecerem ao evento terão direito a participar de um sorteio de um ônibus, somente entre os Deputados presentes, o qual poderá ser destinado ao município de escolha do Deputado sorteado.

Mas uma vez, vale lembrar: isso aqui foi um documento oficial.

O presente requerimento funda-se no fato de que o Secretário-Chefe da Casa Civil, utilizando-se do expediente oficial do Governo do Estado, diretamente ligado à estrutura organizacional do gabinete do Sr. Governador, levando a crer que autorizado pelo próprio Governador, uma vez que o programa “Escola de Governo” é levado ao ar pela TV Educativa e é costumadamente coordenado diretamente pelo Chefe do Executivo, incorreu em falta de respeito e consideração ao Poder Legislativo do estado do Paraná, ao proceder tal ato descabido com a função pública, que o referido Secretário de Estado exerce.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive uma educação muito rígida na minha família. Aprendi com o meu pai, Nilson de Oliveira, que quando se recebe uma proposta indecente, quando algum estranho oferece uma bala, que pode ser droga, que você tem que responder de uma forma contundente, para que isso nunca mais se repita e às vezes, retribuir com um tapa. Eu me senti ofendido, porque sou representante do povo do estado do Paraná. Foi uma brincadeira, foi um lapso do Sr. Secretário, Sr. Rafael Iatauro, mas como pessoa, posso até perdoá-lo, como representante do povo não irei perdoá-lo. Por isso estou fazendo esse voto de repúdio e como esta Casa de Leis está representando uma nova fase na política do estado do Paraná, as pessoas de bem que aqui estão, que se sentiram ofendidas, tenho certeza absoluta, vão aprovar esse ato de repúdio, que é apenas um “cartão amarelo” para que nunca mais, nunca mais façam brincadeiras ou indagações jocosas para com esse Poder Legislativo. Nós merecemos respeito porque representamos o estado do Paraná. Nunca mais!

Segundo assunto, Sr. Presidente, é com relação a este documento.

(Mostra documento).

Esse documento é explosivo, Deputada Beti Pavin, Deputado Antonio Belinati, Deputado Elio Rusch, Deputado Douglas Fabrício, Deputado Jocelito (estou fazendo cópias para o senhor, Deputado Jocelito). Quando fiz o requerimento a esta Casa, eu falei à imprensa e falei aqui no Plenário, que iria tornar público, porque pelo menos existe na internet, um site chamado “transparência” que se propõe a mostrar tudo isso para todos os cidadãos paranaenses. É uma prosposta do Sr. Governador Roberto Requião, mostrar todos os gastos em publicidade.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, não sei quem faz o site, mas peça para tirarem do ar. Tire! Tire do ar o site! Não existem informações, agora posso falar para o senhor. O senhor falou assim: “Olha Marcelo, não precisa pedir o requerimento, o senhor só acessa a internet e terá todos os dados.”

Posso falar para o senhor hoje: “O site é incompleto, complexo e não tem utilidade nenhuma”.

Todos os órgãos de imprensa terão acesso a esse documento. Ontem, fiz um requerimento aqui na Casa pedindo a convocação do Sr. Secretário Airtton Pisseti. Não fiz um convite. Fiz a convocação para o Sr. Secretário

explicar as irregularidades que existem aqui neste documento. Inclusive, tem o parecer do Tribunal de Contas, que fundamenta ainda mais o meu pedido de convocação.

O meu pedido foi reprovado na Assembléia Legislativa. Mas, eu já sabia que isso aconteceria.

Por isso, dirijo-me ao Secretário Airtton Pisseti, nesse momento: “Sr. Secretário, o senhor tem até segunda-feira, ao meio-dia, para entrar em contato com a Comissão de Comunicação, para explicar quais são os critérios técnicos utilizados no gasto público em publicidade, no estado do Paraná”.

Porque com esse documento, posso provar que o dinheiro público foi mal empregado e fere todos os princípios de publicidade. Ontem, fiz a reunião com os Deputados da Comissão de Comunicação, para saber quais serão as atitudes que iremos tomar através da Assembléia Legislativa, com relação a esse documento explosivo.

Na segunda-feira, estarei dando uma coletiva para a imprensa, para entregar os documentos e também passar um parecer final, pelo menos como Presidente da Comissão de Comunicação.

Era isso que eu teria que falar.

O SR. TERUO KATO (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença aqui, do Vereador Adis, de Paranaíba.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Vereador, seja bem-vindo.

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Romanelli.

***Liderança do Governo: Deputado
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, ouvi alguns discursos nesta manhã, faltaram as palavras do Deputado Péricles e do Deputado Plauto, em relação à representação do município de Ponta Grossa. Mas percebo que os dois Deputados de Ponta Grossa, presentes aqui nessa Sessão, foram muito afetados, por conta do expediente enviado pelo Secretário Rafael Iatauro.

Quero, para poder descontraí um pouco, convidar V. Exas. também a comparecer na “Escola do Governo”, na próxima terça-feira. Com isso, peço que V. Exas. são Parlamentares experientes, homens públicos experientes, sinceramente, é um exagero em relação a um tema que seguramente, sei que temos temas mais importantes para serem tratados aqui nesta Casa.

Quero dizer, quem compareceu à solenidade de 1º de Maio, na frente do Palácio Iguazu, tanto na Santa Missa celebrada pelo Padre Reginaldo Manzoti, quanto também no grande evento promovido pela Força Sindical, mas com a participação também do Movimento Sindical, como um todo. Nós tivemos que passar por essa Praça do Centro Cívico, as pessoas que passaram, pela

minha avaliação, mais de 40 mil e eram públicas, pessoas distintas. Fiquei muito impressionado e os Deputados que ali compareceram: a Deputada Beti Pavin, Deputado Teruo Kato, Deputado Mamede, Deputado Professor Luizão, Deputado Strapasson, Deputado Kielse. Teve sorteio, 5 automóveis foram sorteados, que aliás, com arrecadação fantástica de alimentos para poder promover de fato a benemerência. Foi um grande evento que reuniu o setor público e o privado porque as indústrias, fabricantes de automóveis contribuíram.

Uma das coisas que fiquei muito feliz de ver foi como o povo recebeu o Governador Requião.

(Risos)

O povo recebeu o Governador Requião de uma forma tão calorosa, aplaudiu o Governador, manifestou carinho. Confesso que assistimos a televisão, lemos os jornais e houve pronunciamentos aqui nessa Casa, salvo quando, como hoje, tomo o caminho para visitar os nossos municípios e volto só no domingo levando os benefícios que o nosso governo pode proporcionar a essas comunidades. Vou visitar mais de doze municípios e vai ser um período muito interessante. É tão bom ver nosso Governador trabalhando! Melhor ainda foi ver o povo, aquela multidão, aplaudindo o Governador Requião! Tenho certeza que uma parcela da elite, elite podre que nós temos na nossa sociedade que tem um verdadeiro pavor de ter um governante no Palácio Iguaçu que é um homem popular, que faz um governo voltado para sua maioria.

Ontem ouvi o Presidente da FIEP. Não consegui escutar o que ele estava falando, mas um jornalista veio me perguntar ali. Não escutei porque, sinceramente, fui chamado aqui por outras questões. Tenho o maior respeito pelo Presidente da FIEP, mas - sinceramente, queira desculpar - nós temos uma política industrial, ou ele não conhece o estado do Paraná, está deslocado completamente da nossa economia, de ver a política de incentivo fiscal que nós temos, que aliás, foi criada por uma lei de autoria do Deputado Aníbal Khury e que até hoje está em vigor no nosso estado, que tem começo, meio e fim. E que é efetivamente, ao lado de um conjunto de instrumentos extremamente importante para promover investimentos, V. Exa. e a grande maioria são Deputados do interior do nosso estado e vêem os investimentos estarem acontecendo.

Só vou dar um número aqui: no período de 8 anos do governo Jaime Lerner - os números são oficiais, não são meus, são do Ministério do Trabalho - foram criados, com carteira assinada, 10 mil novos empregos na indústria. Nesses 4 anos do governo Requião, na indústria, durante 4 anos, foram criados 120 mil novos empregos no nosso estado.

O Deputado Marcelo Rangel não gosta de acessar os sites, mas os números estão no site do Ministério do Trabalho. Os números da nossa economia, aqui, apóstolos do caos, lamentavelmente pessoas que fazem um discurso - felizmente é só discurso, porque se fosse na prática, aí nós estávamos vendo uma situação extremamente complexa. É só andar no nosso estado que vamos

encontrar desigualdades sociais, regiões pobres e regiões ricas. De fato temos problemas de desenvolvimento regional, mas sinceramente eu, como paranaense, me orgulho muito do estado que temos. Temos um estado que tem uma economia maiúscula, temos empresários que trabalham duro. O governo tem feito um grande esforço, está investindo pesado e fazendo tudo que é possível para melhorar a vida dos paranaenses.

Por isso, tenho certeza que os apóstolos do caos, quando vêem os números, acabam se dando mal, porque gostariam que o estado fosse mal. Felizmente, graças a Deus e a boa gestão do Governador Requião e o apoio que esta Casa tem dado, estamos avançando muito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição. Com a palavra, Deputado Elio Rusch.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Sr. Presidente, o Deputado Romanelli fez um discurso em que metade foi rindo, a outra metade foi chorando e a outra metade - me perdoe a franqueza - foi falando algo que não é verdade.

Tenho minhas divergências com o governo Lerner e V. Exa. sabe disso. Agora, não vou poder ouvir o seu discurso aqui. V. Exa. ofende - quando faz o pronunciamento - o Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, que casualmente hoje vem a ser o nosso Presidente da Assembléia, Deputado Nelson Justus, que teve que ouvir tudo calado porque está presidindo e não pôde se defender. Mas vou defendê-lo. Primeiro porque tive a honra de ser Prefeito de Ponta Grossa no momento em que o Deputado Nelson Justus era o nosso Secretário da Indústria e Comércio e Ponta Grossa deve ao governo Lerner e ao nosso Secretário Nelson Justus os mil empregos da Sadia hoje; deve os 400 empregos diretos das Tetra Pak; deve os 250 empregos da Bolier, a fábrica da África; deve os quase 800 empregos da Masisa; deve os 200 empregos da Continental; deve os empregos das indústrias, dos mercados, dos hotéis, das faculdades, dos novos investimentos que vieram para Ponta Grossa. Ponta Grossa passou de 12ª a 3ª colocada no ranking de ICMS arrecadado.

Não posso ouvir quando alguém ofende alguém que foi a Ponta Grossa, honrou o nome do seu pai e honrou o nome da nossa cidade gerando empregos para aquele povo que nós defendemos. E por outro lado, o atual Presidente da FIEP que esteve aqui ontem, e ontem alguém me disse aqui que no governo anterior, do governo Requião que V. Exa. disse agora que ele não pode criticar essa questão, o governo anterior, governo Requião socorreu, se não me falha a memória, essa empresa, que é do atual Presidente da FIEP, socorreu para gerar empregos. E o socorro foi bom, é o socorro que qualquer empresa queria.

Para finalizar, Deputado Elio Rusch, ouvi aqui falar em 120 mil empregos, teve um ato em Ponta Grossa - que deve estar nesta prestação de contas de publicidade,

que o governo anunciou em Ponta Grossa, diante do grupo Água, que foi criticado aqui que tem problemas de ter recebido florestas sem ter pago e coisa e tal - lá dentro foi feita uma solenidade anunciando-se que o estado do Paraná gerava o emprego de número 500 mil. Isto está oficializado, inclusive o governo pagou esta mídia, 500 mil empregos, e agora ouço falar de 200 mil, cento e poucos, então agora está faltando 200 mil empregos.

Sr. Presidente, não podia deixar o Deputado Romanelli ofendê-lo quando V. Exa. honrou a cidade do seu pai, a cidade da sua família e a cidade que representamos hoje.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço o Deputado Jocelito Canto. E na verdade, se fôssemos falar de Ponta Grossa, Deputado Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Deputado Plauto, melhor do que nós é o próprio Presidente da Casa, Nelson Justus, e falei ontem quando esteve aqui na Sessão, o Dr. Rodrigo Rocha Loures, Presidente da FIEP, que entregou para todos os Parlamentares a agenda legislativa do estado do Paraná, o trabalho que a FIEP está fazendo em favor do setor produtivo do estado. O Deputado Plauto entregou agora rapidamente.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, se fossemos falar das empresas que foram instaladas em Ponta Grossa naquele governo que o senhor não gosta de falar, aquele governo que o senhor fala que destruiu o estado do Paraná, mas foi aquele governo que levou para Ponta Grossa a Bolier, a Kaiser, a Tetra Pak, a Masisa, a ampliação da Sadia. E o Deputado Plauto me lembrou que no primeiro governo do Roberto Requião, de 1990 a 1994, a Kaiser iria se instalar em Ponta Grossa, o Governador não deixou, ou não quis. E ela foi para a Bahia. O Roberto Requião ficou 4 anos no governo o povo elegeu o Jaime Lerner e buscou atrair os investimentos para o estado do Paraná e aí a Kaiser veio para o nosso estado. Aliás, o estado da Bahia é especialista em conseguir levar as indústrias que os governantes não querem em outro. Isso aconteceu com a Ford no Rio Grande do Sul, quando o então governo PMDB assinou um protocolo de intenções para que a Ford se instalasse naquele estado, assumiu o PT e o PT disse que não cumpre o protocolo. E o que a Ford fez? Foi para a Bahia. E diante disso surgiu até que a Bahia iria dar um título de Cidadão Honorário para o então Governador, acho que era o Olívio Dutra.

Por falar em Cidadão Honorário, os senhores sabem que o Roberto Requião recebeu o título de Cidadão Honorário de Santa Catarina, porque é o melhor Secretário de Indústria e Comércio para Santa Catarina? Não sei se ele já recebeu o título ou não, mas ao menos foi proposto.

Deputado Romanelli, quando V. Exa. usou esse microfone e começou a falar na Liderança do Governo, sei que V. Exa. quase não conseguiu fazer seu pronunciamento, diante da gafe que o Chefe da Casa Civil cometeu

no dia de ontem. E o Líder do Governo acha que é um exagero o que estamos fazendo em relação a esse convite que foi expedido aos Parlamentares. Exagero cometeu o Chefe da Casa Civil. O Deputado Romanelli convidou os Deputados da Oposição para irem à “escolinha”. Muito obrigado, Deputado Romanelli, nós não vamos, eu não vou e acredito que nenhum Deputado da Oposição vá. Aliás, nenhum Deputado da Situação deveria ir. E o Deputado Romanelli citou também que a população recebeu no dia 1º o Governador, calorosamente - claro, para quem sorteia 5 automóveis, ele só pode agradecer ao governo - foram sorteados 5 automóveis, não podemos esquecer isso! Essa é a forma de chamar o pessoal e não presenciei esse acontecimento do dia 1º.

Mas é lógico, teve uma coisa boa. O Governador sancionou o aumento do salário-mínimo regional, tanto é que quando o projeto veio para a Assembléia nós aprovamos por unanimidade. Foi uma coisa boa que o Governador fez. Tinha manifestações contra, inclusive a Bancada do Governo no governo passado imaginava que iríamos votar contra! Votamos por unanimidade o salário regional. Ele aumentou o salário regional no dia do trabalhador, nada mais justo do que valorizar o trabalhador. Ele ofereceu, naquela oportunidade, para trazer o pessoal, 5 carros. Talvez o Governador tenha ficado comovido com a presença das milhares de pessoas. “E para trazer os Deputados para assistir a minha escolinha, porque eles eu não posso obrigar, mas os cargos em comissão eu posso obrigar. Será que não é um atrativo sortear 1 ônibus para os Deputados assistirem a escolinha do RR”? Mas olha onde chegamos! E o Deputado Romanelli ainda tenta fazer a defesa.

Gostaria de falar sobre a FIEP. O Deputado Romanelli disse que não entendeu nada, mas eu entendi. A FIEP representa o setor produtivo do nosso estado, ela não olha a cor partidária e nem a ideologia do administrador do nosso estado, o que ela quer é industrializar ainda mais o nosso estado. Isto foi feito pelo ex-Presidente Carvalhinho, o Rocha Loures está fazendo isso. Os empresários não têm o compromisso, mas eles querem o bem do nosso estado, querem ver o nosso estado cada vez mais industrializado.

Lamento profundamente quando o Deputado Romanelli não quer aceitar a industrialização do Paraná, que começou exatamente em 1995, quando o Deputado Nelson Justus era Secretário da Indústria e Comércio. Se o senhor conseguiu fazer essas viagens para outros países, acompanhando o Governador e a equipe técnica, e elaboraram esses protocolos de intenções com as empresas que vieram se estabelecer no nosso estado no período Jaime Lerner e pós período Jaime Lerner, estamos colhendo hoje os frutos disso. Não dá para negar. Negar é a mesma coisa que querer apagar a história de Jesus Cristo da face da terra. O Paraná foi industrializado e continua sendo. E quem é o grande parceiro? O Parlamento foi o grande parceiro, porque fizemos uma lei dando condições para que o governo pudesse criar meca-

nismos para atrair investimentos para o nosso estado. Aliás, essa lei foi copiada por outros estados. E o atual Governador pode se utilizar desta lei.

Então, quais os investimentos que estão vindo pra cá? Para um governo que rompe contratos unilaterais, que proíbe a exportação via porto de Paranaguá - não é competência do estado legislar sobre o porto do estado, o porto é da união. A união outorgou para o estado a operacionalidade deste porto - mas a legislação é federal. Rompe-se contrato com a UEG, rompe-se contrato com a SANEPAR, manda fechar, manda levantar as cancelas do pedágio. Qual empresário vem para o estado? É por esta razão que ele deve ser agraciado com título de Cidadão Honorário de Santa Catarina. Quem agradece são os outros estados.

Parabéns à FIEP que veio para cá, ontem. Enalteço o seu trabalho, como enalteço o trabalho de qualquer paranaense que quer ver o nosso estado desenvolvido cada vez mais. Essa é a nossa obrigação, independente de quem esteja no governo. Vamos querer o bem do estado do Paraná porque se o Paraná vai bem, Sr. Presidente, os paranaenses vão melhor, e essa é a nossa obrigação de fazer a defesa.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero agradecer as gentis palavras do Deputado Elio Rusch, bem como do Deputado Jocelito Canto que, naturalmente, ficam muito mais por conta da amizade que existe entre nós do que qualquer outra coisa. Agora, refutar a industrialização do estado é burrice!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 095/07, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo que o estado forneça ao pequeno criador a vacina contra a febre aftosa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação s/n, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo o envio para autorização prévia da Assembléia Legislativa do Estado de todos os contratos com publicidade que venham ser realizados pelo Poder Executivo com empresas de outros estados. **Retirado pelo autor.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do

expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1086, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente solicitando à Mesa sua designação em missão oficial para representar a Assembléia Legislativa, no dia 10 do corrente mês, no município de Maringá, conforme convite daquela municipalidade, para participar das comemorações de aniversário, sem ônus para esta Casa. **À Comissão Executiva.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, segunda-feira V. Exa. marcou um gol de placa convocando Sessão e um comparecimento maciço dos nobres Parlamentares. Hoje, quinta-feira, eu observo que está faltando pelo menos um terço dos Parlamentares. Que se registre em ata quem está “matando serviço” nesta quinta-feira, porque depois a imprensa vai dizer que os Deputados não compareceram para trabalhar e quem compareceu acaba, também, sofrendo um desgaste.

Então, já que o dever do Deputado é estar aqui trabalhando, estamos requerendo votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o Requerimento nº 1099, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando a votação nominal para o Projeto de Lei nº 210/07, item 01 constante na presente Ordem do Dia. **Aprovado.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 210/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Bom Aluno do Brasil, com sede e foro no município de Piraquara. (**Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei**).

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que proceda à chamada nominal para votação.

Os Deputados que forem favoráveis ao projeto devem votar com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários devem votar com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)
(**Procede à chamada nominal**)
Trinta e cinco Srs. Deputados votaram.
Trinta e cinco SIM, nenhum NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Está aprovado o projeto.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 212/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila dos Ofícios I e II, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano Social - ADES, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/07, de 04/04/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre as medidas preventivas de proteção a saúde pública, concernentes aos trabalhadores que manipulam alimentos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que suprime o parágrafo 3º do artigo 9º e dá nova redação ao artigo 13 da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998 (ParanaPrevidência), conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 03 (três), nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 136/07

A presente emenda aditiva e modificativa ao Projeto de Lei nº 136/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por objetivo acrescentar-lhe um novo artigo, para efeito de alterar a redação dos dispositivos abaixo transcritos, da Lei nº 12398, de 30 de dezembro

de 1998, e renumerar o artigo 3º como artigo 4º, modificando-lhe a redação, conforme segue:

Art. 3º Os artigos 9º, 10, 11 e 20 da Lei nº 12398 de 30 de dezembro de 1998, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 9º O Presidente do Conselho Diretor e os Diretores serão designados pelo Governador do Estado, para um mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 10. O Conselho de Administração será composto por 10 (dez) membros efetivos e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, devendo ser escolhidos dentre pessoas idôneas e com formação superior e reconhecida capacidade em pelo menos uma das seguintes áreas: previdência, administração, economia, finanças, direito, engenharia, ou em outra área afim, observado o seguinte:

I - 02 (dois) membros efetivos e seus respectivos suplentes serão indicados pelo Governador do Estado;

II - 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, será indicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

III - 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, será indicado pelo Ministério Público;

IV - 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, será indicado pela Associação dos Fundos de Pensão do Estado do Paraná;

V - segundo regulamentação a ser expedida pelo Secretário da Administração e da Previdência, o conjunto das entidades representativas dos servidores públicos estaduais procederá a indicação de 04 (quatro) membros efetivos e seus respectivos suplentes observada a seguinte representação:

a) 02 (dois) efetivos e seus respectivos suplentes, deverão ser indicados dentre os segurados que compõem o quadro de servidores ativos e inativos do Poder Executivo, incluindo os militares;

b) 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, deverá ser indicado dentre os segurados que compõem o quadro de servidores ativos e inativos do Poder Judiciário;

c) 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, deverá ser indicado dentre os segurados que compõem o quadro de servidores ativos e inativos do Ministério Público;

d) 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, deverá ser indicado dentre os segurados que compõem o quadro de servidores ativos e inativos do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas;

Parágrafo Único. Um dos membros indicados pelo Governador e seu respectivo suplente deverá ser indicado, necessariamente, dentre os militares do estado do Paraná.

Art. 11. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, a cada mês, com a presença de, pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros e deliberará por maioria absoluta.

§ 1º Caberá aos membros titulares do Conselho de Administração escolherem, entre seus Pares, para mandato de 01 (um) ano, o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 2º O Presidente do Conselho de Administração terá direito a voz e voto, inclusive de desempate.

§ 3º O Diretor-Presidente da ParanaPrevidência participará das reuniões do Conselho, com direito a voz, mas sem voto.

§ 4º Os Conselheiros efetivos perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções, a importância equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração do Diretor-Presidente.

Art. 20. O Conselho Fiscal será composto por 08 (oito) membros efetivos e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, devendo ser escolhidos dentre pessoas idôneas com formação de nível superior e qualificação contábil ou econômica, e experiência na área, observado o seguinte:

I - 01 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, será indicado pelo Governador do Estado;

II - 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, será indicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

III - 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, será indicado pelo Ministério Público;

IV - Segundo regulamentação a ser expedida pelo Secretário de Estados da Administração e da Previdência, o conjunto das entidades representativas dos servidores públicos estaduais procederá a indicação de 04 (quatro) membros efetivos e seus respectivos suplentes observada a seguinte representação:

a) 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, deverá ser indicado dentre os segurados que compõem o quadro de servidores ativos e inativos do Poder Executivo, incluídos os militares;

b) 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, deverá ser indicado dentre os segurados que compõem o quadro de servidores ativos e inativos do Poder Judiciário;

c) 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, deverá ser indicado dentre os segurados que compõem o quadro de servidores ativos e inativos do Ministério Público; e

d) 01 (um) efetivo e seu respectivo suplente, deverá ser indicado dentre os segurados que compõem o quadro de servidores ativos e inativos do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas.

§ 1º Caberá aos membros titulares do Conselho Fiscal escolherem, dentre seus Pares, para mandato de 01 (um) ano, o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 2º O Presidente do Conselho Fiscal terá direito a voz e voto, inclusive de desempate.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 01 vez por mês, com a presença de, pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros e deliberará por maioria absoluta.

§ 4º O Diretor de Finanças e Patrimônio da ParanaPrevidência participará das reuniões do Conselho, com direito a voz, mas sem voto.

§ 5º Os membros efetivos do Conselho Fiscal perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções, a importância equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser efetivada a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal, até 60 dias contados a partir da publicação.”

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(aa) EDGAR BUENO, RUI HARA, CIDA BORGHETTI, DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ, ELIO RUSCH, AUGUSTINHO ZUCCHI e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda propõe a criação de mecanismos que, há muito tempo, vinham sendo postulados pelos servidores públicos e suas entidades representativas, necessários a assegurar maior participação na gestão do órgão previdenciário e, mais do que isso, uma mais efetiva fiscalização da sua gestão.

Por outro lado, a emenda também atende a outro postulado dos servidores e entidades representativas que sempre lutaram por administração, uma participação paritária nos conselhos de deliberação e fiscalização do órgão previdenciário estadual. Com esta proposta de emenda se assegura não só a paridade, mas uma adequada simetria na composição desses conselhos.

Nos termos propostos pela presente emenda, os órgãos de deliberação e fiscalização da ParanaPrevidência assegurarão plena participação, adequada fiscalização e perenidade ao órgão previdenciário.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02 AO SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 136/07

Na análise do projeto, vimos propor as alterações no substitutivo geral ao projeto de lei, apresentado pelo autor, estritamente nos pontos indicados na emenda ao substitutivo, ora apresentada.

EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 136/07

Fica suprimido o artigo 1º do substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 136/07, alterando-se a redação da súmula, renumerando os demais artigos do projeto.

Fica mantido, na íntegra, o parágrafo único do artigo 13, da Lei nº 12398/98.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Tadeu Veneri, Pastor Edson Praczyk e 01 ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03 AO SUBSTITUTIVO GERAL

Na análise do projeto, vimos propor as alterações no substitutivo geral ao projeto de lei, apresentado pelo

autor, estritamente nos pontos indicados na emenda ao substitutivo, ora apresentada.

EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 136/07

Acrescente-se o artigo ao substitutivo geral, suprimindo a palavra “conclusivo”, do artigo 18 da Lei nº 12398/98.

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(aa) PROFESSOR LUIZÃO, CAÍTO QUINTANA, LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO, TADEU VENERI e CHICO NOROESTE.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 229/07, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 190/07

Ficam acrescentados os seguintes artigos ao Projeto de Lei nº 190/07:

“Art. ... Fica criada uma (1) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Pato Branco, modificando o artigo 263 e os anexos IV e VIII da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 263. Fica criado, nas comarcas de entrância intermediária, o seguinte:

I - ...

(...)

XXIII - na Comarca de Pato Branco:

a) a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.”

“Art. ... Ficam criados na Comarca de Pato Branco, para a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, alterando os Anexos V, VI (tabela 3) e IX (tabelas 1 e 4) da lei referida no artigo 1º, os seguintes cargos de provimento efetivo:

a) um (1) cargo de Juíz de Direito de Entrância Intermediária;

b) um (1) cargo de Escrivão;

c) dois (2) cargos de Auxiliar de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

d) dois (2) cargos de Oficial de Justiça;

e) três (3) cargos de Auxiliar Administrativo da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;”

“Art. ... Fica criada, na Comarca de Pato Branco, a Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;”

“Art. ... A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Pato Branco, criada por esta lei, passa a integrar os Anexos IV, V, VI (Tabela 3), VIII e IX (Tabelas 1 e 4) da Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, com jurisdição nas seguintes comarcas:

I - Pato Branco;

II - Palmas;

III - Manguaerinha;

IV - Clevelândia;

V - Chopinzinho;

VI - Coronel Vivida.”

O artigo 4º, do Projeto de Lei nº 190/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, criada por esta lei, passa a integrar os Anexos IV, V, VI (Tabela 3), VIII e IX (Tabelas 1 e 4) da Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, com jurisdição nas seguintes comarcas:

I - Barracão;

II - Capanema;

III - Dois Vizinhos;

IV - Francisco Beltrão;

V - Realeza;

VI - Salto do Lontra;

VII - Santo Antônio do Sudoeste.”

Sala das Sessões, em 03.05.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Antonio Anibelli, Plauto Miró, Elio Rusch e Edgar Bueno.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 3º, da Lei nº 13115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário ou Benemérito. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de utili-

dade pública estadual o PROVOPAR Ação Social, com sede e foro no município de Campo do Tenente. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Movimento Arte pelo Ambiente, Sustentabilidade e Promoção Humana Curumim - MAPA Curumim, com sede e foro na cidade de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública estadual a Associação Cianorte Apoiando e Recuperando Vidas - CIAREV, com sede e foro no município de Cianorte. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que dispõe sobre a obrigatoriedade da distribuição de merenda diferenciada para alunos diabéticos, hipoglicêmicos e celíacos matriculados nas escolas públicas. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 027/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, dispõe sobre a obrigatoriedade da distribuição de merenda diferenciada para alunos diabéticos, hipoglicêmicos e celíacos matriculados nas escolas públicas.

Em análise ao projeto ora citado, citamos a Constituição Federal que em seu artigo 196, assim diz:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.03.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 027/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, dispõe sobre a obrigatoriedade da distribuição de merenda diferenciada para alunos diabéticos, hipoglicêmicos e celíacos matriculados nas escolas públicas.

O projeto de lei tem 2 artigos: o 1º propõe a obrigatoriedade da distribuição alimentar e o 2º afirma que as despesas devem ser realizadas a custa de dotações orçamentárias próprias da Secretaria da Educação.

No primeiro aspecto há necessidade de separar os tipos de doença. A diabetes que, como informações da Organização Mundial da Saúde - OMS, no Brasil 7,6% da população sofre de diabetes. No Paraná existiam 68 mil 348 diabéticos, segundo números do Datasus do Ministério da Saúde, e a doença é responsável por 4,6% das mortes no estado, segundo dados do Centro de Informações e Diagnósticos da Saúde da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, dados de 2004.

Quanto às condições dos alunos diabéticos, hipoglicêmicos e celíacos - intolerância a glúten - deverá ser informada por pessoa responsável pelo aluno quando da matrícula ou da atualização de cadastro na instituição.

Quanto ao artigo 2º, as despesas devem ser separadas em 2 elementos. A primeira que se refere aos alimentos, que devem de fato ocorrer por conta da Secretaria da Educação, uma vez que se recebe recurso orçamentário da união para cobrir parte desta despesa. E o segundo elemento é sobre a despesa do profissional nutricionista. São poucos os profissionais lotados nessa área e é necessária a parceria entre Secretaria da Saúde e da Educação, ou abertura de novos concursos nesta área.

Dos 399 municípios, hoje 326 são atendidos pelo estado e 73 são atendidos pelo município, com merendas escola plena. Sendo assim, esta comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 027/07.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/07, que extingue a entidade autárquica Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, vinculada à Casa Civil (extingue e remaneja cargos em comissão à Casa Civil). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 012/07, de 15/03/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 131/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo extinguir a entidade autárquica

denominada Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR e transformar cargos de provimento em comissão da autarquia ora extinta para o âmbito da Casa Civil.

Fundamentação

O presente projeto tem por objeto atender aos requisitos constitucionalmente exigidos para a extinção de autarquias e transformação de cargos em comissão.

Preceitua a Constituição Federal, em seu artigo 37, que a administração pública, no exercício de suas funções, obedecerá, dentre outros princípios, à legalidade, na execução dos seus atos. Assim estabelece a Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) (grifo nosso)

É em decorrência de tal princípio que se exige que a administração pública, para a extinção de entidades autárquicas e transformação de cargos em provimento em comissão, elabore lei específica e destinada a tal fim.

Esse é o entendimento depreendido da análise do artigo 37, XIX da Constituição Federal e artigo 66 da Constituição Estadual:

Constituição Federal:

Art. 37, XIX. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação (...) (grifo nosso)

Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva (...) (grifo nosso)

Conclui-se, portanto, de acordo com a inteligência dos supracitados artigos, que se somente mediante lei é possível criar autarquias e cargos públicos, o mesmo procedimento deve ser adotado para sua extinção.

Isto porque se um ato administrativo pudesse desconstituir o que foi criado por lei, forçoso seria admitir a existência de uma incompatibilidade no texto constitucional. A respeito é o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

As autarquias, conforme generalizada lição e pacífico entendimento da jurisprudência, só por lei podem ser criadas, o que aliás está hoje expressamente estabelecido na própria Constituição. (...) Assim, também só por lei podem ser extintas, pois ato administrativo não poderia destruir o que se construiu por norma de hierarquia superior.¹

Destarte, o projeto de lei em apreço está em plena conformidade com a ordem jurídica, uma vez que visa a extinção de autarquia e transformação de cargos públicos através de lei específica, em estrita obediência, portanto, ao preceito constitucional da legalidade dos atos administrativos.

De igual modo, no que concerne ao impacto econômico e financeiro, verifica-se que o projeto observou as exigências estabelecidas pela Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, uma vez que de acordo com a mensagem n° 008/07, anexa ao presente projeto de lei, a medida legal proposta não acarretará nenhum ônus para os cofres públicos, sendo, portanto, desnecessária sua previsão em lei orçamentária anterior.

Desta maneira, conforme o acima exposto, infere-se que o projeto em tela obedece aos preceitos constitucionais, sendo, por conseguinte, legítima sua propositura. No mesmo sentido, verificou-se que tal proposta atende a todos os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Apenas no que tange à elaboração e redação deste projeto, atentamos para o disposto no artigo 9° da Lei Complementar n° 095/98:

Art. 9° A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Sugerimos para tanto a adoção da emenda supressiva em anexo para sanar o vício formal de elaboração legislativa.

Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o Projeto n° 131/07 encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais com a adoção da emenda supressiva em anexo, e assim sendo, concluímos pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 04.04.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N° 131/07

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei n° 131/07, para suprimir de seu texto o seguinte dispositivo: “Art. 8° Revogam-se as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, em 04.04.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 131/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora sob análise tem por objetivo a extinção do SERLOPAR e ainda adotar outras providências,

1. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 18 ed. p. 149

como transferir os cargos em comissão da autarquia para a Casa Civil; fazer com que a Casa Civil suceda o SERLOPAR nos contratos e convênios em fase de execução; deixar à disposição da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP os funcionários lotados na autarquia que ora se visa a extinguir.

Vale dizer que este projeto de lei já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, sendo encaminhado para esta comissão especializada para parecer.

Fundamentação

A presente proposição de lei não importará em aumento de gastos de modo direto, posto que está se extinguindo autarquia, fato que por si só não demonstra aumento de despesa de qualquer ordem.

No entanto, no que tange aos servidores públicos, não existe maiores esclarecimentos, por exemplo a discriminação de todos os cargos e porventura sua remuneração, para que possa se ter um aprofundamento maior na questão econômico-financeira. Este ponto merece maiores esclarecimentos para o correto trâmite da presente proposição.

Prosseguindo, a sucessão que a Casa Civil foi incumbida também não trará maior desgaste econômico-financeiro, pelo fato de todos esses deveres e direitos a serem assumidos já constarem das contas do estado, apenas mudando de figura representativa.

Assim, e pela análise ampla da proposição, vê-se que como maioria o projeto mostra-se apto a prosperar nesta Casa de Leis, contudo faz-se necessário um detalhamento acerca dos cargos em comissão e dos funcionários lotados no SERLOPAR.

Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, sugere-se a baixa em diligência para o autor, para que este apresente, de modo detalhado, todos os cargos do SERLOPAR, bem como suas remunerações e o saldo financeiro.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, votamos o item 12. Votamos pela constitucionalidade - é de iniciativa do Governador. Depois, no mérito, iremos estudar o projeto com toda a nossa assessoria, para ver se vamos aprová-lo.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Ainda sobre o item 12, houve uma solicitação da Comissão de Finanças que baixasse diligência, para que fossem informados os números de cargos e os valores. Falei com o Deputado Strapasson, que é o Presidente da comissão e ele informou que, segundo a assessoria parlamentar haveria a anexação tanto dos nomes quanto dos cargos e essas informações estariam anexadas ao pro-

cesso. Não estão. Eu gostaria apenas do esclarecimento se elas vão ser anexadas ou não.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Esse projeto, quando foi relatado na Comissão de Finanças, teve um parecer do Deputado Relator Reni Pereira, favorável, mas pedindo a baixa em diligência, para a anexação do relatório de impacto financeiro, os cargos a serem transferidos etc. Houve um condicionamento do Márcio, que é o representante do Líder do Governo, que isso seria anexado antes de chegar ao Plenário. No entanto, conforme questionamento do Deputado Tadeu Veneri, não está no processo em pauta. Não sei se está no processo original.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Foi um dos advogados da Liderança do Governo, que tratou do tema e foi encaminhado. Vi o documento sendo encaminhado, com certeza absoluta. Deve ter sido encaminhado à assessoria legislativa.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Não no processo em questão, quando a análise não havia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encontra-se no projeto, sim, todo o histórico.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública a Associação Filantrópica Comunitária - AFILAC, do Campo Comprido, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 262/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de utilidade pública a Associação Filantrópica Comunitária - AFILAC, do Campo Comprido, com sede e foro no município de Curitiba - estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública o Centro Cultural Jhamayka, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/07, de 18/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 275/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública estadual o Centro Cultural Jhamayka, com sede e foro no município de Maringá

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Instituição Educacional de Tapejara - ICETAP, com sede em Tapejara e foro em Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/07, de 18/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 276/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Instituição Cultural Educacional de Tapejara - ICETAP, com sede e foro no município de Tapejara.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78,

alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a Mesa, Requerimento nº 1100, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1079, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Duílio Genari e demais Sr. Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

(O requerimento é lido na íntegra pelo 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, a pedido do Deputado Luiz Claudio Romanelli).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Ouvi a leitura do requerimento e sinceramente acho que o autor do requerimento não leu o que acabou sendo escrito aqui, porque pergunta se a Secretaria de Comunicação tem o controle das publicações feitas pelas diversas unidades administrativas da administração direta e indireta durante o período de 2004 a 2006 no Diário Oficial. Sinceramente, creio que ninguém deve ter o controle desses dados aqui, porque o levantamento ensinaria fazer órgão por órgão da administração pública.

Parece-me que o requerimento, salvo se o autor conseguir me dar uma boa explicação do tema, posso até encaminhar, mas o que está sendo pedido aqui...

Acabou de lembrar aqui o nosso querido Deputado Jocelito que o senhor foi um brilhante Secretário da Indústria e Comércio, pessoa que trabalhou muito a favor do estado e é responsável pelo sucesso industrial do Paraná. Mas, quero dizer que salvo tenhamos uma explicação - penso que é necessário podermos esclarecer, porque está muito amplo - podiam talvez explicar e dependendo, nós...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Tenho a explicação, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Na verdade não sou eu, mas é a Constituição do Estado do Paraná que tem explicação, no seu artigo 27, disposições Gerais parágrafo 1º, a publicidade dos atos e parágrafo 2º: *Semestralmente a administração direta, indireta e fundacional publicará no Diário Oficial relatório das des-*

pesas realizadas com a propaganda e a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando os nomes dos veículos publicitários.

Está aqui a explicação. Acho que não preciso falar mais nada. A explicação veio da Constituição do Estado do Paraná. Como o Governo do Estado não fez, não publicou nos anos de 2004, 2005 e 2006, estamos fazendo esse requerimento para que o Governo do Estado preste os devidos esclarecimentos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Confesso que gostaria que o autor retirasse o requerimento e vamos cobrar uma explicação do tema, porque pela leitura que ele faz seria uma desatenção a um preceito constitucional e eu não acredito que o governo tenha cometido essa desatenção. Queria que o autor retirasse o requerimento e se não obtiver, como tenho conseguido êxito para obter as informações, nós reapresentamos o requerimento e o aprovamos.

Pediria ao Deputado Marcelo Rangel ou ao Deputado Elio Rusch, que está no exercício da Liderança da Oposição, se é possível retirar o requerimento ou não.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Registrar a presença entre nós do Prefeito de Ubitatã, Fábio Dalécio.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo, Prefeito!

A presidência consulta a Bancada da Oposição se acolhe o pedido do Líder do Governo, que solicita a retirada do requerimento para que a Liderança do Governo possa esclarecer se houve efetivamente alguma falha na apresentação do Secretário da Comunicação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Deputado Marcelo Rangel, claro que não posso falar em nome da Oposição, está aqui o Vice-Líder, Elio Rusch, também o Edgar Bueno que também é Vice-Líder, mas veja bem o seguinte, já houve por parte do Tribunal de Contas o envio das informações solicitadas pelo Deputado Rangel. Se há um compromisso do Líder do Governo de que o Secretário Airton Pissetti possa mandar as informações para cá, V. Exa. vai ter condições de confrontar as informações que serão repassadas pelo Líder do Governo com as informações que V. Exa. tem em mãos.

Então, sinceramente, acho que poderíamos atender a solicitação do Líder do Governo para que pudéssemos receber as informações através da Liderança do Governo. Agora, não sendo compatível a informação que V. Exa. vai repassar com aquilo que o Deputado Marcelo Rangel tem do Tribunal de Contas, aí sim poderíamos aprovar uma solicitação de tudo aquilo que lhe causar dúvida, Deputado Marcelo Rangel.

É uma sugestão. Entenda como uma sugestão deste Parlamentar. Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, conversando rapidamente com os Deputados da Bancada da Oposição para dizer ao Líder do Governo, nós entendemos o que é Liderança do Governo - o Romanelli fala em nome do Governo. Eu tenho certeza que se fizermos este entendimento, retirarmos o requerimento, entregarmos diretamente para a Liderança do Governo, e o Deputado Romanelli, Líder do Governo, se comprometer em atender exatamente aquilo que está explícito no requerimento, nós podemos fazer este entendimento, sem problema nenhum, embora entendamos, Deputado Romanelli, que não haveria nada de mais em aprovar esse requerimento, porque está na Constituição, é obrigação do Governo do Estado fazer.

Então, o que estamos pedindo através deste, é quando foi publicado - o governo publica semestralmente, são duas publicações por ano só - então, na verdade são 6 publicações que estamos pedindo, quando foi publicado, se efetivamente foi publicado ou não. Mas diante do pedido da Liderança do Governo, vamos atender a sua solicitação. Só esperamos que possamos receber estas informações solicitadas através do requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu só queria solicitar a V. Exa., como Presidente desta Casa, já se passaram 40 a 50 dias que alguns requerimentos meus foram aprovados nesta Casa e não foram respondidos. Eu solicitaria a V. Exa. que a assessoria legislativa da Casa buscasse as informações, porque tem alguns requerimentos importantes que eu não recebi ainda, de acordo como determina a lei, o direito de saber dessas informações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente retirado pelo autor o requerimento...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, só se o Deputado Romanelli, então, está firmando acordo com os nobres Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu pensei que já estivesse resolvido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Também pensei que estava resolvido, mas eu queria apenas que o Deputado Marcelo Rangel me entregasse aquele dispositivo da Constituição. Eu vou encaminhar junto com o dispositivo da Constituição o requerimento ao Secretário Pissetti para que ele responda sobre esse tema...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Na verdade, não precisava nem encaminhar, por

que isto é uma obrigação do governo. Está na Constituição, é obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu consulto se está retirado o requerimento?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Está retirado. Nós fizemos um acordo de cavalheiros aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Combinado.

Requerimento nº 1080, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1081, 1082 e 1083, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1088 e 1089, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1090, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1091 e 1092, de autoria dos Srs. Deputados Professor Luizão, Tadeu Veneri e da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1095, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 1096, de autoria dos Srs. Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Jocelito Canto e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1098, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

De quem é a autoria?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Do Deputado Marcelo Rangel.

“Requer voto de repúdio ao ato do Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro.”

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para registrar a presença do Prefeito de Ibaiti, juntamente com o Presidente do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu queria dizer que tenho procurado me estressar menos. Eu queria tratar de um assunto da maior seriedade neste momento. Esta Casa tem que tomar muito cuidado. Claro que está no livre arbítrio de cada Parlamentar. Eu já falei sobre esse tema. Sinceramente, independe da questão de ser “a”, “b” ou “c”, eu nunca vou apresentar nenhum voto de repúdio contra ninguém. Sinceramente, acho que o voto de repúdio é uma atitude extrema e penso que esta Casa não pode, com o devido respeito ao Parlamentar que apresentou o voto de repúdio, ele tem que refletir sobre isso. Todos nós temos.

Não estou chamando a atenção de ninguém aqui, de maneira nenhuma. Acho que as críticas, mesmo que veementes, devem ser feitas, como foram feitas aliás, nesta Sessão e na Sessão de ontem, mas daí a termos voto de repúdio sendo votado por esta Casa, eu queria chamar a atenção desta presidência para que tivéssemos um encaminhamento diferente, não especificamente sobre este voto de repúdio, que pode ser derrubado na segunda-feira, mas é uma questão que tem que ser fruto da reflexão dos Parlamentares e de todos nós, porque o voto de repúdio tem desdobramentos. É muito forte e a palavra nossa, o vernáculo pátrio nosso, a língua portuguesa, o “repúdio”, de fato, se olhar no Aurélio ou no Michaelis ou em qualquer dicionário, vai ver que é uma expressão muito forte para ser utilizada.

Por isso, faço essa questão, pela ordem, para que possamos fazer uma reflexão sobre isso, porque é uma questão que me preocupa muito. Já falei sobre isso e torno a falar.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Foi pedido para discutir. Na segunda-feira vamos discutir a questão do meu requerimento. É um voto de repúdio ao ato, não à pessoa, como eu falei na tribuna. Não conheço a pessoa. Vamos discutir na segunda-feira, mas, regimentalmente, foi pedido para discutir.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 027, 131, 262, 275 e 276/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 130, 157, 167, 266, 270 e 277/05.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Portarias**

PORTARIA N° 060/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 3039, datado de 10 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LENITA SILVA BARROSO, matrícula n° 40402, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 05 de abril de 2007, CID. F 31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.04.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 068/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 8965/05, datado de 11 de novembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar, na ficha funcional de SANTIAGO LOSSO, matrícula n° 622, ocupante do cargo de Consultor Legislativo nível NUE-01, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 4° da Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998 e artigo 129 da Lei n° 6174/70, o tempo de 16 (dezesesseis) anos e 10 (dez) dias, para todos os efeitos legais, em que prestou serviços na Secretaria de Estado da Educação, conforme Certidão n° 3721/05 da Secretaria de Estado da Administração em anexo, e mais 01 ano contado pela Portaria n° 16063 da SEE, relativo ao dobro das férias de 1983, 1984, 1985, 1986, 1988 e 1989, perfazendo o total de 17 anos, 04 meses e 10 dias.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 069/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 3409, datado de 20 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA CELUTA TAVARES, matrícula n° 83, de 30 (trinta) dias, a partir de 20 de abril de 2007, CID. X.I.25-1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 070/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 3490, datado de 23 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LEONOR DE CARVALHO CAVALCANTI, matrícula n° 40331, de 30 (trinta) dias, a partir de 15 de abril de 2007, CID. X.b.24.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 071/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 3491, datado de 23 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, MARCELO EDUARDO P. CHISOSTOMO, matrícula n° 40258, de 15 (quinze) dias, a partir de 12 de abril de 2007, CID. X.H-10.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Publicações Administrativas:**Protocolo n°:** 3278/07**Data:** 17/04/07**Requerente:** MARIA CELUTA TAVARES**Assunto:** Isenção de Imposto de Renda**DESPACHO**

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria.
- 2) A DSE para publicação.
- 3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, 26.04.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral